

## LIMITES E POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA ORAL<sup>1</sup>

Isabel Regina Augusto<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho em questão trata das possibilidades e limites da história oral como metodologia para a pesquisa historiográfica, tecendo considerações sobre esta a partir do exercício da modalidade história de vida. Buscou-se neste, experimentação com base em hipótese sobre prováveis transformações das relações sócio-políticas no Estado do Espírito Santo, de um padrão coronelista para outro populista, no período de 1936 a 2000, em particular nas décadas de 1950 e 1960, que tem o governador Francisco Lacerda como protagonista. Este é um dos trabalhos resultantes de exercício em grupo sobre o mesmo período e hipótese, utilizando diferentes perfis de colaboradores. Neste caso, uma mulher de 74 anos, “alienada”, embora faça parte de família ligada à oligarquia *capixaba*, e tenha conhecido Lacerda pessoalmente. As duas entrevistas realizadas revelam uma imagem opaca da realidade política e partidária do período não só devido à parca memória *halbwachiana* da entrevistada, mas resultante da miopia desta com relação à política, com registros que permitem analisar continuidades e transformações relativas a questões de gênero. Pois enfatiza, primordialmente, no ES do período um mundo dividido, cindido, com um *apartheid* entre homens e mulheres.

**Palavras-chave:** História Oral; Metodologia; Memória; Política; Gênero.

\*\*\*

Apresentamos aqui os resultados de experiência como membro de um grupo que trabalhou com a modalidade “história de vida” a fim de testar hipótese a partir da tese de Marta Zorzal (1995), segundo a qual Francisco Lacerda de Aguiar, conhecido como “Chiquinho”, governador do Estado do Espírito Santo por bem duas vezes (em 1955 e em 1963), seguiria uma tendência nacional liderada por Getúlio Vargas, e seria o equivalente a Adhemar de Barros, como líder populista no Espírito Santo.

Uma idéia que desejávamos exercitar em nosso caso particular, com relação ao universo de colaboradores para composição de amostragem, era a de que se alguma informação ou reflexo do fenômeno que buscamos estudar, através da hipótese a testar, tiver chegado e for possível colher evidências em depoimento de um entrevistado “alienado”, quanto mais poderemos observar a comprovação do mesmo, suas características, profundidade e/ou extensão. De acordo com esta idéia apresentada em aula durante a Oficina: “quanto mais alienado o colaborador, melhor”. Foi assim que, em nosso caso, privilegiou-se, na busca do colaborador, o perfil citado.

Naturalmente, como iniciante na prática desta metodologia para fins da escrita historiográfica, o que subentende que, dentre as três perspectivas em relação à mesma, ou

---

<sup>1</sup> Trabalho fruto de exercício da disciplina Oficina de História Oral ministrada pelo Prof. Dr. André Pereira no período 2010-01 junto ao curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

<sup>2</sup> Recém-Doutora FACITEC-PPGHIS na Universidade Federal do Espírito Santo-UFES. Profª. Orientadora do curso Artes Visuais-Licenciatura NEAAD-UAB-UFES. PhD em História e Civilização pelo European University Institute (EUI-Firenze), Mestre em Comunicação pela UnB e especialista em Cinema pela mesma universidade, Mba em Desenvolvimento Rural pelo CORI SpA (Lucca), graduada em Comunicação Jornalismo pela UFES. Associada INTERCOM e ANPUHES, sócia fundadora SOCINE. Graduanda do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. [isabelaugusto2005@yahoo.com.br](mailto:isabelaugusto2005@yahoo.com.br).

seja, técnica, disciplina ou metodologia, adotamos a idéia da História Oral como metodologia, não havíamos, em nosso caso específico, avaliado corretamente o risco que se corria e, que, de certo modo verificou-se, ou seja, da pouca utilidade no sentido de escassez de evidências que podem ser oferecidas com relação à vida pública depoimento de um colaborador com o perfil dado, com poucos registros de memória halbwachiana. Logo, pouco útil para a hipótese de trabalho a ser verificada na proposta do grupo, como referida.

De fato, Dona T.S.A pertence a uma família que foi ligada à política e conheceu o ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar pessoalmente e até conviveu com familiares de “Chiquinho”, o que sugeriria ser esta uma boa fonte. No entanto, nas duas entrevistas realizadas ela não informou muito à respeito do político, restringindo-se a descrever seus atributos físicos, comparando-o com Tancredo Neves, e confundindo seu partido político, afirmando e insistindo que “era tudo UDN”, mesmo tendo votado no ex-governador *capixaba*, na sua “primeira vez” aos 18 anos como eleitora em 1954, conforme seu relato.

Por outro lado, o depoimento da Sra. T. demonstra como a História Oral, neste caso na modalidade “história de vida”, em particular com colaborador de semelhante perfil, pode ser útil e rica como instrumento para o trabalho do historiador que se dedica a pesquisas voltadas para a memória social e cultural de modo geral, e que se debruce em particular sobre questões de gênero, por exemplo.

É neste sentido, portanto, que tendo sido levados pela própria prática no uso desta metodologia, que guiamos a análise da entrevista aqui reportada, privilegiando a referida questão. O que também serviu a evidenciar ainda, para nós, mais uma das vantagens da História Oral, que é a de conduzir obrigatoriamente o historiador a uma abertura permanente com relação às suas fontes, o material com o qual se serve para o seu trabalho. Impedindo que o pesquisador não deixe e até “proíba” que as próprias fontes falem do objeto de estudo e da realidade que busca conhecer.

A estudiosa Ecléa BOSI (1994), com “Memória e Sociedade: lembranças de velhos” publicado no fim da década de 70, em 1979, apresentada na aula Oficina, tomando parte importante desta, tornou-se referência para o trabalho aqui apresentado, fruto do exercício disciplinar.

## **Eventos**

O período no qual se concentra prevalentemente nosso estudo, levados pelo depoimento colhido, a história da vida de D<sup>a</sup>. T, contempla as décadas de 50 e 60. Por isso, destacamos este período na breve retrospectiva que segue. Sendo este também o período,  *grosso modo*, no qual Francisco Lacerda atua com destaque na política *capixaba*.

Com o Estado Novo, os prefeitos passaram a ser nomeados pelos governadores e esses, por sua vez, pelo presidente. Foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Em 1945 Getúlio é deposto por um golpe militar, sendo realizadas eleições no dia 2 de dezembro do mesmo ano, sendo ele eleito como Senador. Em 1951 Vargas retorna à presidência pelo voto popular pelo PTB. As principais propostas: criação da Eletrobrás e Petrobrás (constituída de fato pela lei 2.004 de 1953, mas cuja campanha é anterior ao seu

governo e a qual soube cooptar ao seu favor). Em 24 de agosto de 1954 morre Getúlio Vargas.

No Espírito Santo em 1930 temos o Cel. José Armando Ribeiro de Paulo a Junta Governativa: João Manuel de Carvalho; em novembro do mesmo ano o Ca: João Punaro Bley como governador e interventor. Em 1943 sobe ao governo Jones Santos Neves, em 1947 assume Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, em 1951 novamente Jones Santos Neves, em 1955 Francisco Lacerda de Aguiar, em 1959 novamente Lindenberg, e Francisco Lacerda voltaria ao poder novamente em 1963. Em 1966, após o golpe militar de 1964, Chiquinho sofre acusações e deixa o poder.

## **Literatura**

De acordo com (ZORZAL, 1995), Francisco Lacerda de Aguiar, Chiquinho, seria o equivalente ou corresponderia ao perfil do líder populista em terras capixabas, comparando sua prática ao “adhemarismo” de São Paulo. Segundo a estudiosa capixaba (ZORZAL, 1995: 309) “a forma adhemarista assumiu a tônica” do governo de Lacerda ao suceder Jones Santos Neves em 1954, quando vence as eleições pela Coligação Democrática (PSP-PR-PRP-PTB) e exerce seu primeiro mandato como governador do Estado.

Francisco Lacerda de Aguiar, segundo a mesma autora, além de ter pertencido às hostes pedessistas, era descendente da grande aristocracia rural do sul do ES. Ela informa que seu ingresso na vida política estadual havia ocorrido em meados da década de 20, quando, juntamente com sua família, atuou no processo de emancipação do município de Guaçuí. Posteriormente, em 1936, foi eleito vereador do referido município, pelo antigo PSD. Com a redemocratização em 1945, ele retornou às atividades políticas, ingressando no PSD.

Então, Lacerda foi nomeado “prefeito-interventor” de Guaçuí em 1945, onde retorna pelas eleições de 1947. Em 1950 é eleito Deputado Estadual pelo PSD. E sobe ao poder do Executivo do Estado por duas vezes, pela primeira em 1954 (gestão 1955-1958) pela Coligação Democrática (PSP-PR-PRP-PTB) contra a Aliança PSD/UDN/PD e, em 1962 (gestão 1963/1966), novamente por uma “Coligação Democrática”, desta vez PSP/PTB/PRP/UDN/PDC, portanto juntamente com a UDN da qual foi opositor na primeira disputa ao cargo e imprimindo ao PSD “a maior derrota que ele viveu em toda a sua história”, de acordo com Marta Zorzal (1995: 401), ou seja, justamente, contra o seu partido de “estréia”. O que não importa muito, já que a atuação política de Lacerda possuía caráter “personalista e apartidária” (ZORZAL, 1995: 399).

A nível de contexto político há que se destacar que é nas eleições de 54 que o populismo, enquanto prática político-eleitoral, encontra maior espaço para sua realização no Espírito Santo. Até então, a prática prevalecente era predominantemente coronelística. Porém, nesse pleito, o populismo seria introduzido através dos partidos como o PSP e o PTB que passaram a disseminar mais efetivamente esta prática (ZORZAL, 1995: 285).

A campanha da Coligação Democrática de 1954, que o levou ao primeiro mandato de governador, foi pautada pela popularização dos temas centrais da plataforma de Francisco Lacerda, por um lado, e na aproximação do candidato ao povo, por outro. ZORZAL cita com destaque o *slogan* utilizado na forma musical já no lançamento do candidato. Para esta autora, na verdade, esta forma caracterizou uma inovação em termos de campanha política no ES. Conforme explica:

Assim, associando a imagem de homem da roça, à de homem do povo, os artífices de sua campanha criaram o *slogan* “Chiquinho vem aí”, o qual imprimiu o tom da campanha. E, ainda, no meio urbano, a campanha não se restringiu apenas a comícios, como era hábito. “Chiquinho” foi ao encontro da população. Subiu morro, foi às favelas, tornou-se familiar, “candidato do povo”, como era anunciado pelos correligionários (ZORZAL, 1995: 292).

Esta estudiosa parece, entretanto, associar deste modo o caráter “popular” ao “populista” na figura de Francisco Lacerda. De fato, esta argumenta em sua tese publicada em 1995, que com Lacerda o populismo substituiu o coronelismo nas práticas eleitorais como na administração do Estado no ES.

Lacerda retorna ao governo no pleito de 1962 na Coligação Democrática (PSP/PTB/PRP/UDN/PDC). Conforme ZORZAL (1995, 391) o quadro é, sob vários aspectos, semelhante ao de 1954, pois novamente o conjunto de forças político-partidárias polarizar-se-ia em dois grandes blocos. “O representado pelas oligarquias agrofundiárias, com o emergente núcleo de forças sintonizadas com o processo de industrialização acelerada, agregadas em torno do PSD, de um lado; e o expresso pelas classes populares urbanas, pequena produção rural, oligarquias mercantis-exportadoras, pulverizadas nos demais partidos políticos, de outro” (*idem*: 391).

A estudiosa *capixaba* conclui que Francisco Lacerda de Aguiar “rompeu pela primeira vez na história com o padrão coronelístico de mediação que caracterizavam as relações sócio-políticas no Espírito Santo” (ZORZAL, *idem* 1995: 472).

Da leitura desta bibliografia e através das aulas e diálogos em sala, no entanto, foi possível começar a compreender um pouco os motivos da confusão e da dificuldade de compreensão do quadro político, principalmente partidário, no Espírito Santo, observado na entrevistada aqui reportada. A trajetória de Francisco Lacerda serve bem a ilustrar como a “lealdade coronelista” sempre se sobressai à “lealdade partidária”. Chiquinho faz o *debut* pelo PSD, disputa contra a UDN, para depois se aliar a esta e impor uma “derrota histórica” ao próprio PSD. É assim possível compreender uma provável explicação para a falta de distinção que a nossa entrevistada, D.<sup>a</sup> T.S.A. faz do quadro político partidário das décadas de 40, 50 e 60, sobre as quais oferece mais informações.

## Entrevista

### 1. Caracterização

Nome: Sr.<sup>a</sup> T. S.A., 74 anos

Nascimento: Rio Pardo, Iúna desde; Sul do ES, Brasil

Estado civil: casada em 1958, dois filhos

Profissão: Costureira (1950-1962), dona-de-casa (desde jovem), secretária/funcionária empresa familiar loja de móveis (1970-1979).

Residências: Iúna (1936-1964), Guaçuí (1964-1968), Vitória (1968-)

Entrevista (1<sup>a</sup>): dia 24 de maio de 2010, (2<sup>a</sup>) dia 17/06/2010

Local: casa D<sup>a</sup>. T. S - M. Praia, Vitória – ES

### 2. Interpretação: história do esquecimento ou ausência – amnésia ou miopia?

Um ponto bastante positivo, que ficou claro no caso do depoimento aqui tratado, são informações e evidências que podem servir a pensar e estudar as transformações e/ou continuidades sociais e culturais, em particular relativas à questões de gênero, no período dado, década de 1940 a 2000 no Espírito Santo. Com a ressalva de que, muitas questões, como a sexualidade e a moral, ponto abordado com frequência pela entrevistada, permitem, ou, até mesmo conduzem, ao final, também ao âmbito político, como, por exemplo, as políticas públicas de controle de natalidade como atesta o trabalho de PEDRO (2003) intitulado “A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração”, da Universidade Federal de Santa Catarina.

A reflexão suscitada diz respeito à memória, neste caso, memória relativa aos costumes e à cultura do universo feminino, que remete às relações de gênero. Num primeiro momento, podemos ser levados a pensar que o caso de Dona T. trata-se de “amnésia política”, mas este caminho seria duvidoso. Pois para lembrar, é preciso antes esquecer, e se não há o que esquecer, como lembrar? Logo, o tema é o do silêncio, mas aqui também ainda não podemos partir para conclusões apressadas nos aconchegando na comodidade dos clichês, pois não é àquele silêncio da simples voz reprimida e silenciada de forma opressiva e violenta, ainda que da violência velada, psicológica. Mas antes, da simples, real e pura ausência que resiste à insistência e até sedução do entrevistador/pesquisador. Da falta de registros e memória. Uma lacuna mesmo. E esta indica, fala da construção de dois mundos, ou um mundo separado, de homens e de mulheres. Um verdadeiro *apartheid*. É assim a realidade para nossa entrevistada que desde o princípio nos conta deste mundo dividido, cindido. Solicitada a falar da infância e da escola, a primeira coisa que cita é que “era tudo separado entre meninos e meninas”, na escola como na igreja.

A fala de D.<sup>a</sup> T mostra uma voz reprimida e silenciada no passado sim, no entanto, não é de longe como uma foto em preto e branco, mas que sugere tramas delicadas e intrincadas de relações de poder, negociações, onde os atores em questão, tomando por base nossa

“protagonista”, não são em absoluto totalmente vítimas. Existem os “ganhos secundários” que muitas vezes não são nada secundários a motivar decisões e comportamentos destes.

Também entrelaçamentos entre memória individual e coletiva, a memória sonho e a memória trabalho, nas palavras de Ecléa BOSI (1994), é outro tema que a entrevista em questão nos remete ou permite refletir.

D<sup>a</sup>. T apresenta problemas de memória. Ela não teria registrado em sua memória, pois não viveu a vida política, alienada desta, passou à parte. Mesmo como prevalência na qualidade de espectadora, sua memória passiva desta também não guarda muitas lembranças. Faltam-lhe palavras, literalmente, sempre que a entrevistadora insiste em perguntar, de diferentes maneiras, ora com excessiva gentileza ora com certa provocação à sua simpatia pela ousadia feminina revelada na atenção de sua fala ao detalhe de superfície das roupas e atitudes, e por vezes o faz até de forma pouco gentil. Em alguns momentos da entrevista sente-se até algum constrangimento, restando a entrevistada “amuada” ou silenciosa. Ou, quando conta, até animadamente, como no caso da descrição de Chiquinho e dos comícios, que eram para ela mais festas do que outra coisa, em que fala que o governador era “gordinho, baixinho e parecido com Tancredo Neves”. Sempre respondendo à insistência descarada e certamente equivocada da entrevistadora (vício de jornalista que “precisa” trazer a confirmação da informação indicada na pauta pelo editor – desse modo transferindo o erro para o fazer da pesquisa histórica na insistência em dirigir e aplicar à fonte perguntas para provar a todo custo uma hipótese, perdendo o melhor desta metodologia e da fonte), a descrição ao perfil do político ela diz que era “bom, calmo”, apenas. Sempre se refugiando em frases como “a gente não se interessava por política”, “política é coisa de homem”.

O mundo de D.<sup>a</sup> T foi feito de brincadeiras singelas de criança, radionovelas, cinema, bailes improvisados, vestidos, festas, noivados, casamentos, depois marido e filhos, hoje netos. Família enfim, com referencia constante aos objetos deste universo como casa, fotos, móveis, quadros. Praticamente quase só memória bergsoniana. Trabalhou sim, foi costureira e depois funcionária na loja do marido/família, e inclusive tendo certo poder nesta, pois acesso e parcial “controle do caixa”, mas ainda assim com a vida sempre girando em torno da família, marido e filhos.

Deve-se ressaltar que seu depoimento mostra também esse poder subterrâneo, que ela parece exercer tão bem. Pois “retirava o que quisesse” do caixa da loja do marido. E quando o assunto é a “famigerada política”, algumas suas falas permitem suspeitar de que o marido “votava com ela”, como deixou escapar na segunda entrevista. Ou seja, ela que era de uma família de políticos e exercia influência e talvez até acentuada, e por que não, decisiva, nas escolhas políticas deste.

D.<sup>a</sup> T não se interessava por política, mas isto deveria ter sido assim se tivesse vivido em outra época, ainda que no interior do ES, por exemplo? Ou seria assim se pertencesse à outra classe social?

Ela fala sempre de carros, estradas, casas, rádio, cinema, “atraso” e progresso. Se tivesse se envolvido em política de forma direta provavelmente teria identificação com Jones dos Santos Neves para governador? Este, considerado o perfil de líder “notável” ao qual se identificaria, ao passo que, levada pela família, certamente regida pelas práticas da “lealdade coronelista”, foi eleitora do conterrâneo Francisco Lacerda.

Outro ponto que nos leva a considerá-la progressista e possível eleitora de Santos Neves, não fosse a estrutura da sociedade da qual faz parte, é o fato de que ela se lembra de Carlos Lindemberg apenas como parente, como o primo da sua avó paterna, da família Rios Monteiro. Ao passo que sucumbe à sedução da mídia, principalmente, mostrando uma constante na entrevista da importância dada pela mesma aos símbolos de cultura e progresso, de modernidade, tornando-se eleitora de Chiquinho, também levada pela campanha que, segundo Zorzal (1995) como referido anteriormente, é inovadora no ES no uso de cartazes, *slogans* e *jingles*. D. Teresa quase diz literalmente, várias vezes durante a entrevista, “Chiquinho vem aí”.

Vício da profissão de costureira e pelo que parece também gosto nato, ela é atenta aos detalhes das roupas da época, mas sempre denotando o caráter de avanço, arrojo, e até certa transgressão às regras morais, ou melhor, ao poder instituído, como no caso da igreja, como a amiga M. Pagani, que consegue “desencaminhar” um seminarista e rouba um padre da igreja católica, com o qual, no entanto, se casa e constitui família. Demonstra admiração por figuras femininas de destaque e arrojo. Esta amiga, Pagani, era formada em Farmácia e trabalhava já na época, traço de distinção sem dúvida para o interior do Espírito Santo da década de ‘40.

Solicitada a falar do ex-governador Lindemberg, que é primo de sua avó, ela se lembra mais da esposa deste e, principalmente por conta da roupa que esta usava, isto é, calças compridas ou “roupa de andar a cavalo”, o que representava uma ousadia para a sua avó que não gostava daqueles trajes, porque “mostrava as formas”, como lembra com certo sorriso.

Do mesmo modo que recorda da esposa de Chiquinho, que conheceu pessoalmente tendo sido vizinha dos seus familiares em Guaçuí, onde morou por 4 anos, entre 1964 e 1968. Solicitada, a entrevistada a falar do político, esta fez questão de acentuar que se lembra da esposa (e da mãe) do então governador Francisco Lacerda, esta que “dirigia carro na cidade”, um acontecimento na região pra época, já década de 50-60, de fato.

D<sup>a</sup>. T sempre se remete às mulheres com “marca” de ousadia, independência e destaque, o que se revelaria para ela nas roupas e atitudes, como dirigir um carro. Mas estas eram “esposas”, ainda, não uma Leila Diniz (1945-1972), por exemplo, que escandalizou direita e esquerda. Portanto, conservadora nossa entrevistada, embora entusiasta dos símbolos de modernidade.

Como afirmado, isto nos permite especular ou até hipotizar que, além de progressista, ela seria conservadora naturalmente. O que a faria a perfeita eleitora de Santos Neves, se não fosse guiada pela política da família, dos coronéis, tendo sido seu avô, Pedro Scardini, um coronel respeitado na década de 30 em Rio Pardo, hoje Iúna, onde foi presidente da Câmara em 1930, assassinado em 1938. “Por razões políticas mesmo”, nas palavras da entrevistada. Embora tenha revelado, ao mesmo tempo, as dúvidas do motivo do crime, pois que este fora vítima de tocaia e morreu na porta da casa da amante, na rua próxima à sua residência familiar. Naquela época, lembra D.<sup>a</sup> T., “era normal o homem ter duas, três amantes”.

Parece ter sido um marco o assassinato do avô na vida da família de D<sup>a</sup>. T. Ele era coronel, “político” exerceu a presidência da Câmara em 1930, embora, segundo ela não tivesse concorrido a cargo político, o que se explica que ela tinha somente dois anos quando ocorreu o assassinato e conheceu a história através da sua avó paterna que a educou. Coronel Scardini era homem de posses, conforme explica a neta. Após sua morte a família se torna

pobre, “nunca passei necessidade, mas era pobre”. Por isso, explica ela, o seu casamento demorou a sair, e não teve muita festa. D<sup>a</sup>. T, sempre positiva, soube driblar o tempo de vacas magras e aproveitar para tirar fotografia com seu vestido “simplezinho”, “de renda francesa e fundo azulzinho”, uma semana depois do seu próprio casório, com as flores, “palmas de Santa Rita”, trazidos para o casamento pelo noivo da amiga protagonista avançada, M Pagani. Ela se casou dia 10 de maio de 1958 e Pagani teria se casado com o ex-padre Joaquim no dia 15 de maio, na mesma igreja de Iúna, tendo o padre Eupídio, o cupido do casal, como celebrante.

Os padres citados pela entrevistada também são um ponto alto do depoimento. Ela parece bastante crítica e acentua as transgressões destes, como o padre João Bauer, um alemão, que bebia cachaça no bar, virava o alto-falante da paróquia pra rua e xingava os paroquianos e seu sacristão. Perguntada, não soube dizer se houve reação por parte dos fieis, afirmando que as pessoas aceitavam. Na segunda conversa, ela afirma que “umas mulheres lá parece que falaram alguma coisa”, mas ao que parece pelo seu depoimento cuja parte não foi registrada, ele “rezava as missas direito e então as pessoas aceitavam”.

Em seguida, ainda no relativo aos costumes dos religiosos, ela conta do desentendimento do Padre Armando e Padre Eupidio, por ocasião do namoro e casamento de Pagani e Joaquim, indicando que o primeiro era conservador e o segundo mais arejado, tendo “salvo a Maria” da solterice. Esta que se “casou velha já, com 40 anos”. O que de fato para época era considerado “caso perdido”, quando o casamento deveria ser perseguido e era a única saída para a mulher do domínio dos pais e da família de origem.

A entrevistada, a certa altura, devido a insistência também equivocada da entrevistadora, parece chegar a ficar incomodada, para dizer o mínimo, e, em certos momentos, talvez, se poderia dizer, até mesmo humilhada, por não poder dizer nada à respeito de algo como a política. Ao final, em uma fala com ares de desabafo, sugere que interroge o seu marido. Com ênfase, fala repetidas frases para mostrar para a entrevistadora que “as coisas eram assim”, que “política é coisa de homem”. Mas não podemos deixar de perceber que ainda nesta última fala ela faz confusão no uso do tempo verbal, misturando passado com o presente, “as coisas ‘eram’ assim”, mas “política ‘é’ coisa de homem”. O que pode nos levar a mais reflexões, inclusive sobre a relação entre passado e futuro e o tempo presente como lacuna entre ambos, como propõe *grosso modo* Luisa Passerini em “A ‘lacuna’ do presente” (AMADO: 2006, 2111-214).

### **Conclusão: “Era tudo UDN”**

O que observamos com relação à memória da vida pública em D.<sup>a</sup> T é uma certa miopia relativa à política, principalmente partidária, antes que amnésia, ou voz silenciada. Provavelmente isto se deve, ou pelo menos, remete às suas origens, aparentada com governador pertencente à oligarquia *capixaba* (Monteiro Rios/Lindemberg), neta de coronel (Pedro Scardini) da década de 30 do interior do ES, família de posses, não obstante tenha crescido em ambiente mais austero com a morte deste em 1938. Fato que se mostra um trauma importante vivido pela família da mesma, e que não deve ser descartado, pode ter tido repercussões no modo desta se relacionar com a política e que se reflete na visão que a

entrevistada dá de “política”, feita de disputas entre coronéis, tocais, assassinatos e de comícios-festas.

D<sup>a</sup>. T. consegue se lembrar do seu primeiro voto, em Francisco Lacerda, aos 18 anos no pleito de 1954. Recordar-se da campanha, das cédulas que lhe deram pra votar no “Chiquinho”, mas confunde o partido ao qual pertence seu candidato. Ela repete várias vezes, em ambas entrevistas, que “era tudo UDN”. Sempre demonstra insegurança quando fala de vida pública, de política. Mas, ao mesmo tempo, repete sempre as mesmas poucas palavras para descrever esta, como “tinha UDN”, ou “era tudo UDN”, “é política”, como para explicar o assassinato do avô coronel. Recordar-se do PSD, mas não consegue relacioná-lo ao seu candidato preferido, que debutou pelo mesmo na atividade política como vereador e prefeito da cidade de Guaçuí onde ela morou por quatro anos e foi vizinha de sua irmã, entre 64-68, portanto quando este exercia seu último mandato de governador. Este que, segundo a mesma, era o “preferido de todo mundo lá”, “deve ser por que era de lá, né”. Francisco Lacerda, que conforme sua descrição era “bom”, “calmo”, “muito elogiado”, além de “baixinho e gordinho, parecido com Tancredo Neves”.

“D<sup>a</sup>. T: Olha só lembro que é o que era mais comentado, o mais falado, o mais elogiado, era o Chiquinho. O que mais gravou. É ele, o Dr. Chiquinho.

Entrevistador: E o que as pessoas falavam, a sra disse que falavam tanto ?

D. T.: Ah elogiavam, né. Falavam Chiquinho, Chiquinho, vão votá no Chiquinho! (rindo animada). Todo mundo era Chiquinho.

Entrevistador: E de ruim, ninguém falava nada ?

D<sup>a</sup>. T: Nem de bom. Só falava, vão votá no Dr. Chiquim. Você vai votar em quem ? Chiquim, Chiquim ! Era cartazes, essas coisas (animada). Agora o que disse o que falava....não....

Entrevistador: E do Lindemberg ?

D.<sup>a</sup> T. : Num lembro não. .

Entrevistador: Não elogiavam também ?

D<sup>a</sup>. T: Não. A gente não tinha contato com homens. Homem é que fala em política. Mulher.....não. Não se mete em política. Então desse jeito. Mulher sabe muito pouco, eu sei, sabe, pouco de política. Não tinha rádio, não tinha televisão.... A gente não interessava por política, sabe. Não tinha interesse nenhum....

Entrevistador: Então elogiavam o Chiquinho e não falavam nada do outro?

D<sup>a</sup>. T: O mais cotado, como diz o outro”.

As duas entrevistas de D<sup>a</sup>. T indicam, ou melhor, revelam uma imagem opaca da realidade política capixaba, na dificuldade de uma cidadã comum em identificar candidatos políticos e seus partidos. Mas isto se deve provavelmente também não só por uma certa miopia, limitação provocada pelo seu total desinteresse por política. Mas, porque, como visto, parece ser esta a realidade sobre a qual foi solicitada a lembrar, de pouca distinção entre os partidos e seus programas e ideologias como parece ser o caso do Espírito Santo no período referido. Como aponta a dança de um partido para outro, realizada justamente pelo seu candidato preferido, o “Chiquinho”, que começa pelo PSD como vereador no ano em que sua eleitora e conterrânea nasce, ou seja, 1936, disputa contra UDN, e termina aliado desta impondo derrota histórica contra o próprio PSD em 1962, num período de 30 anos, que vai de

1936 a 1966, quase sempre em “Coligações Democráticas”, porém. O que parece ser, o uso destas, o único elemento a se manter, a apresentar certa coerência e continuidade na sua trajetória. E que pode indicar também uma negativa à idéia de que o mesmo teria representado uma mudança com a substituição do coronelismo pelo populismo no ES.

### **Referências**

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PEDRO, Joana Maria. “A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração”. **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, n. 45, São Paulo, julho 2003.

PASSERINI, Luisa. “O presente como lacuna”. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZORZAL e SILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. Vitória: FCAA, 1995.